

Por Antonio Penteado Mendonça



Entra crise, sai crise, nos últimos quarenta anos, pelo menos, é sempre a mesma coisa. Cada vez que o Brasil faz que vai, algo inesperado faz não ir. Foi assim depois de Juscelino Kubitscheck, quando Jango Goulart jogou o país num buraco sem fundo. Foi assim com as crises do petróleo na década de 1970. Foi assim depois da redemocratização, com tudo de errado que foi feito em termos econômicos, até o Plano Real. E depois da consolidação do Plano Real, quando parecia que tudo ia bem, veio Dilma Rousseff e nos jogou no fundo do poço. Agora, é o reinado do coronavírus fechando com chave de ouro o contrassenso sobre rodas em que transformaram o país.

Isso para ficar apenas nas grandes trombadas, porque se olharmos os detalhes, apenas ao longo das últimas duas década e meia, o cenário é bem pior. Seja pela razão que for, motivadas pela boa intenção que for, nossas crises têm em comum dois pontos que se mantêm absolutamente imutáveis, com tudo de ruim e triste que derrubam sobre a nação.

O primeiro ponto é o empobrecimento da sociedade brasileira, com os pobres invariavelmente ficando mais pobres. O resultado da inflação, da especulação, da bandalheira, da corrupção, da incompetência e do favorecimento indecente de gente que não tem razão nenhuma para ser favorecida, costuma ser o empobrecimento violento do país. Empobrecimento decorrente das políticas equivocadas, dos erros crassos, da demagogia barata e da má fé dos dirigentes de plantão, que olham mais o próprio umbigo do que as necessidades do povo.

Todos os planos baixados ao longo dos vinte anos que antecederam o Plano Real foram um desastre. E os desmandos da “presidenta que queria aprisionar o vento”, durante seu segundo mandato, resgataram um passado que a maioria dos brasileiros achava que não tinha mais volta. Voltou e voltou na maior crise da história recente, muito mais grave do que a hiperinflação do começo dos anos noventa.

Mais uma vez, quando o país parecia que estava saindo do buraco e que melhorar a qualidade de vida era possível, uma nova pancada caiu sobre nossas cabeças, agora na forma de uma pandemia que atingiu o mundo e que não tem razão para não nadar de braçada nas águas brasileiras.

O resultado é o segundo ponto comum às nossas crises. A desvalorização brutal da moeda brasileira em relação ao dólar custa caro e cobra seu preço. Se alguns setores se valem dela para aumentar as exportações, o grosso da nação fica mais pobre e com menos condições de competir num mundo cada vez mais globalizado.

Neste momento, as consequências do dia a dia podem ser muito perigosas para os indivíduos e as empresas. Não é comum o brasileiro prestar atenção nos impactos da desvalorização do dólar na riqueza da sociedade. No Brasil de hoje, a fortuna da imensa maioria das pessoas e das empresas vale menos da metade do que valia dois anos atrás.

Poderia ser só um dado estatístico, mas é mais, e tem impacto no cotidiano. Tomando como exemplo o setor de seguros, uma parte das empresas está com seus seguros subdimensionados. Várias atividades empresariais dependem de equipamentos e insumos importados. Ficando num ramo diretamente ligado à pandemia do coronavírus, a rede hospitalar brasileira depende em mais de setenta por cento de suas necessidades de produtos importados. As máquinas e equipamentos instalados na rede hospitalar ou são importados ou têm grande parte dos componentes importados. E a maioria dos insumos usados pela indústria química-farmacêutica também é importada.

Com o dólar perto de seis reais, não é exagero dizer que os hospitais que contrataram seus seguros no ano passado estão com uma defasagem ao redor de 20% nos valores de suas apólices patrimoniais.

Na prática, isso significa que, no caso de um sinistro, o hospital não receberá o necessário para repor o que foi perdido, além de ter mais uma redução na indenização, por se tratar de um seguro proporcional. Em outras palavras, está na hora das empresas com ativos em dólares reverem seus capitais segurados - eles podem ser muito menores que o necessário.

**Fonte:** SindSegSP, em 05.06.2020